

PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

DIGITAL PRESERVATION OF MUNICIPAL LEGISLATIVE ARCHIVAL DOCUMENTS

**Daniela Pereira de Sousa Manfré
Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos**

Resumo: Com o crescente aumento do uso das tecnologias de informação e da implantação de documentos digitais em instituições públicas, especificamente nas Câmaras Municipais, ligadas ao processo de elaboração de projetos e leis, surge a preocupação em relação a forma como esses documentos são elaborados para serem recuperados e disponibilizados, se essa recuperação é possível agora e como continuará sendo possível no futuro. É preciso pensar como as inovações, mudanças e atualizações em softwares, hardwares e suportes informacionais acompanharão o processo de evolução tecnológica. Torna-se necessário pensar na conservação e preservação digital para a recuperação da informação dos documentos arquivísticos digitais a longo prazo.

Palavras-chave: Documentos arquivísticos digitais. Documentos legislativos. Preservação digital.

Abstract: With the increasing use of information technologies and the deployment of digital documents in public institutions, specifically in the Municipal Councils, linked to the process of drafting projects and laws, the concern arises as to how these documents are designed to be retrieved and made available, whether this recovery is possible now and how it will continue to be possible in the future. It is necessary to think how innovations, changes and updates in software, hardware and information media will accompany the process of technological evolution. It is necessary to think about digital preservation and preservation for the retrieval of information from digital archival documents in the long term.

Keywords: Digital archival documents, Digital preservation, Legislative documents.

1 Introdução

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem se devolvido rapidamente tornando-se essenciais e importantes para o desempenho e avanço de órgãos municipais, como as Câmaras Municipais. A tecnologia digital trouxe agilidade para essas instituições, permitindo que o trabalho seja mais produtivo e rápido. Porém, esse célere desenvolvimento além de trazer facilidade na geração de dados, informações e documentos, também traz o risco da perda de informações. Muitos estudiosos citam a preocupação com a preservação da memória, pois corremos o risco de nos transformar em uma geração sem memória. Isso pode ocorrer principalmente pela falta de políticas de preservação digital. Como é perceptível, torna-se necessário o cuidado com os documentos digitais na preparação, conservação, preservação e principalmente na disponibilização, para que seja possível a sua recuperação

tanto no presente como futuro. Em decorrência, fica evidente que os procedimentos precisam se adequar a essa realidade para que tenhamos uma memória documentada, uma história no futuro, para que não sejamos uma geração esquecida, apagada, sem registro, pois tudo se perdeu no tempo e na obsolescência. O objetivo deste trabalho é apresentar contribuições para a preservação digital de documentos arquivísticos legislativos municipais, especificamente de leis e projetos de leis.

2 Documento arquivístico digital e documento legislativo

Desde os primórdios, a história da humanidade tem sido registrada de diferentes maneiras, através de relatos de desenhos de símbolos, ideogramas, escritas em pedras, madeiras, papiro, dentre outros. Esses registros são importantes para preservar a memória e são considerados documentos.

A palavra documento tem várias definições, dentre elas conforme citação de Rondinelli (2011, p. 25 apud Lopez Yepes apud Sagrego e Izquierdo, 1982, p.171), documento vem do latim *documentum*, que tem a mesma raiz de *docere*, ensinar, o que outorga ao documento o significado de ensino. Portanto, é possível compreender que documento na sua etimologia é um meio de ensino, um meio de informar, uma forma de guardar e de preservar a informação e a história, para as futuras gerações, tendo por isso um caráter definitivo para o desenvolvimento da humanidade. O documento é uma “unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada) com uma sintaxe estável. Um documento tem forma fixa e conteúdo estável” (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 811).

Por sua vez, o documento arquivístico é um conjunto de dados estruturados, apresentados em forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade (SANTOS, 2011, p.142). É o contexto de produção que diferencia o documento arquivístico de outro tipo de documento. Todo documento arquivístico possui características essenciais independentemente do suporte, que Duranti (1994) reforça serem: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Santos (2011), pensando no documento digital acrescentou a fixidez a esse rol de forma que este conjunto de características permite identificar o documento arquivístico digital.

No que se refere ao documento legislativo, inserido no contexto de produção de instituições legislativas, podemos dizer que “a documentação legislativa representa o conjunto de documentos gerados durante o processo legislativo, compreendendo as proposições

legislativas e as normas jurídicas propriamente ditas” (TORRES, 2013, p. 4), sendo produzidos por autoridade competente e contém “preceitos, regulamentos ou instruções, cuja observância se circunscreve à determinada jurisdição” (ATIENZA, 1979, p. 22).

No caso específico desta pesquisa foram considerados os projetos de leis e as leis municipais elaboradas no âmbito das Câmaras Municipais e no formato digital.

3 Preservação e preservação digital

É imprescindível que as instituições municipais e suas instâncias de atuação possam pensar na conservação e preservação dos projetos e leis, asseverando a recuperação da informação no decorrer do tempo, o que faz necessárias pesquisas sobre os processos de preservação específicos para os documentos digitais.

Preservação “é a função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos” (BELLOTO E CAMARGO 1996, p. 69), é “a prevenção da deterioração de danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ ou químico” (Arquivo Nacional, 2005, p. 135). Para tanto é preciso que se tenha um conjunto de princípios, políticas e estratégias que orientem essas atividades prestadas, assegurando a estabilidade física e tecnológica, bem como a proteção do conteúdo intelectual dos materiais, dados, documentos e documentos arquivísticos.

A preservação digital pode ser definida como uma atividade que objetiva garantir o acesso à informação em meio digital, efetuando a manutenção de sua integridade e autenticidade (SANTOS E FLORES, 2015a). Precisa estar disposta de maneira que a informação registrada seja interpretada por plataformas tecnológicas desconhecidas, mas existentes no futuro. Ou seja, a plataforma futura será diferente daquela utilizada no momento de criação do documento (SANTOS; FLORES, 2015a apud CONARQ, 2004a; FERREIRA, 2006). Portanto, a preservação digital tem o objetivo de garantir o acesso e recuperação da informação, assegurando que o documento permaneça íntegro, autêntico e recuperável.

Existem estratégias que podem ser utilizadas pelas instituições com o objetivo de preservar objetos digitais. A seleção de estratégias de preservação pode variar em relação a sua aplicabilidade por envolver questões como a quantidade e variedade de objetos a serem preservados e o fato de algumas estratégias aplicarem-se apenas a plataformas específicas de hardware ou software, enquanto outras apenas para tipos de dados individuais (SANTOS; FLORES, 2015a apud THIBODEAU, 2002). Sendo assim, para o bom andamento das estratégias de emulação, ou seja, tarefas que permitem que um programa ou dispositivo utilize

programas concebidos para outro tipo de sistemas, é preciso dispor de informações que descrevam os componentes digitais que compõem o documento. Essa informação descritiva deverá informar o sistema operacional utilizado, a versão do software que produziu os formatos de arquivo, entre outras informações que sejam necessárias para a correta interpretação dos documentos digitais.

Para realizar esta descrição deve-se implementar padrões de metadados que contemplem os campos de informação requeridos. A informação descritiva sob a forma de metadados será fundamental para se compreender o contexto onde os documentos digitais foram criados e o que é necessário para sua representação. (SANTOS; FLORES, 2015b). Innarelli (2016) apresentou os 10 mandamentos da preservação digital, destacando os itens que considera mais importantes para o processo de preservação, sendo eles: manter uma política de preservação, não depender de hardware específico, não depender de software específico, não confiar em sistemas gerenciadores como única forma de acesso ao documento digital, migrar os documentos de suporte e formato periodicamente, replicar os documentos em locais fisicamente separados, não confiar cegamente no suporte de armazenamento, não deixar de fazer backup e cópias de segurança, não preservar lixo digital e garantir autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Esses princípios são significativos, porque abrangem de modo geral todos os softwares e hardwares, englobando todos os documentos digitais inclusive os documentos arquivísticos digitais. Outra opção apresentada por Flores (2013) é a utilização de softwares livres como o RODA e Archivemática que são diferentes dos programas de bancos de dados com objetos digitais inseridos. Esses sistemas possuem mecanismos próprios de preservação digital e levam em consideração os requisitos para Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, RDC-Arq, definidos pelo CTDE/CONARQ, além de apresentar navegação multinível, fixidez e estratégias de preservação.

3 Considerações finais

Os avanços tecnológicos trouxeram muitos benefícios para as Câmaras Municipais, entre eles a possibilidade de elaboração de projetos e leis no formato digital. Contudo é basilar considerar a conversação e preservação digital, possibilitando assim a recuperação dessa informação no longo do tempo através da pesquisa e uso de sistemas específicos para esta finalidade.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf >. Acesso 23 out. 2015

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979. 266p.

BELLOTTO, H. L., CAMARGO, A. M. de A. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/279> >. Acesso em 12 dez. 2016.

DURANTI, L.; PRESTON, R. **International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES 2)**: experimental, interactive and dynamic records. Italia: ANAI, 2008. 844 p.

INNARELLI, Humberto Celeste. Introdução aos dez mandamentos da preservação digital. **Sínteses**: Revista Eletrônica do SIMTEC, Campinas, SP, n. 2, p. 178-178, set. 2016. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/simtec/article/view/8483/3842>>. Acesso em 29 abr. 2017.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 280p.

SANTOS, H. M., FLORES, D. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de emulação. **Encontros Bibli**, v. 11, n. 1, 2015a. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2015v20n43p3/30007> >. Acesso em 29 de jul. 2016.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 198-218, jun. 2015b. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2341>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SANTOS, V. B. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2011.

TORRES, Simone. **A caracterização do documento jurídico para a organização da informação**. 2013. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Sobre as autoras

Daniela Pereira de Sousa Manfré

Mestranda no PPGCI/ECA/USP – e-mail: danimanfre@usp.br

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Professora Doutora no PPGCI/ECA/USP – e-mail: cibeleac@usp.br